



DESPACHO n.º 32/2016

O Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos (SITAVA) comunicou, mediante aviso prévio dirigido à SECURITAS e PROSEGUR, empresas prestadoras de serviços de vigilância representadas pela Associação de Empresas de Segurança (AES) que os trabalhadores assistentes de Portos e Aeroportos a exercerem funções naquelas empresas, farão greve nos dias 27, 28 e 29 de dezembro de 2016.

No exercício do direito de greve, é necessário salvaguardar outros direitos constitucionalmente protegidos, de acordo com o n.º 2 do artigo 18.º e o n.º 3 do artigo 57.º da Constituição da República Portuguesa, sob pena de irreversível afetação de alguns destes direitos.

As empresas em causa prestam serviços de segurança e vigilância de edifícios e outras instalações, de que depende a segurança e integridade dos mesmos, pelo que se destinam à satisfação de necessidades sociais impreteríveis ligadas à salvaguarda da integridade da propriedade, pública ou privada, constitucionalmente protegida.

Por outro lado, as empresas de segurança SECURITAS e PROSEGUR representadas pela AES prestam ainda serviços de controlo de passageiros e bagagens nos aeroportos nacionais, atividade que, de acordo com o n.º 1 e a alínea *h*) do n.º 2 do artigo 537.º do Código do Trabalho, se destina à satisfação de necessidades sociais impreteríveis ligadas ao exercício do direito de deslocação.

Impõe-se, por isso, que, durante a greve, as associações sindicais que a declararam e os trabalhadores que a ela adiram, assegurem os serviços mínimos indispensáveis para ocorrer à satisfação daquelas necessidades sociais impreteríveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Constituição e do n.º 1 do artigo 537.º do Código do Trabalho.



A definição de serviços mínimos indispensáveis para ocorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis deve ser feita por diversos modos subsidiariamente previstos no Código do Trabalho.

Os serviços mínimos devem ser definidos por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho ou por acordo com os representantes dos trabalhadores, nos termos do n.º 1 do artigo 538.º do referido Código. Porém, a regulamentação coletiva de trabalho aplicável não define os serviços mínimos a assegurar em situação de greve para satisfação das necessidades sociais impreteríveis.

Tendo em consideração a eventual necessidade de se definir os serviços mínimos por acordo com os representantes dos trabalhadores, o aviso prévio de greve que se realize em empresa ou estabelecimento que se destine à satisfação de necessidades sociais impreteríveis deve conter uma proposta de serviços mínimos, de acordo com o n.º 3 do artigo 534.º do Código do Trabalho.

No aviso prévio de greve do SITAVA foi apresentada proposta dos serviços mínimos que se propõe assegurar no decurso da greve, que não foi aceite pela AES em representação das empresas.

Nestas circunstâncias, o serviço competente do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, convocou uma reunião entre a referida associação sindical e os representantes da AES, tendo em vista a negociação de acordo sobre os serviços mínimos a prestar e os meios necessários para os assegurar, em cumprimento do n.º 2 do citado artigo 538.º. Não foi, todavia, possível chegar a acordo sobre os serviços mínimos a prestar.

Assim, nos termos do n.º 1 e das alíneas *h)* e *i)* do n.º 2 do artigo 537.º e da alínea *a)* do n.º 4 do artigo 538.º do Código do Trabalho, a Ministra da Administração Interna, o Ministro da Economia, o Secretário de Estado das Infraestruturas ao abrigo da delegação de competências que lhe foi conferida pelo Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, nos termos do n.º 1 do Despacho n.º 2311/2016, de 1 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 32, de 16 de fevereiro de 2016, e o Secretário de Estado do Emprego ao abrigo da delegação de



competências que lhe foi conferida pelo Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, nos termos da alínea *a)* do n.º 1.6 do Despacho n.º 1300/2016, de 13 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 18, de 27 de janeiro de 2016, determinam o seguinte:

1. No período de greve abrangido pelo aviso prévio de greve do Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos (SITAVA), a referida associação sindical e os trabalhadores que prestem serviço nas empresas de segurança SECURITAS e PROSEGUR, representadas pela AES e que adiram à greve, devem assegurar:
 - a) Assistência a todos os voos impostos por situações críticas relativas à segurança de pessoa e bens, incluindo voos-ambulância, movimentos de emergência entendidas como situações declaradas de voo, designadamente por razões de ordem técnica ou meteorológicas e outras que, pela sua natureza, torne absolutamente inadiável a assistência ao voo;
 - b) Assistência a todos os voos militares;
 - c) Assistência a todos os voos de Estado, nacional ou estrangeiro;
 - d) A abertura de 50% dos postos de controlo de passageiros, funcionários, tripulantes e bagagens, bem como dos postos de controlo dedicados às provisões de bordo e de aeroporto, nos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro Madeira e Açores;
 - e) Os trabalhadores aderentes à greve a afetar à prestação dos serviços mínimos referidos nos números anteriores são os estritamente necessários, devendo apenas ser afetos a essa prestação na medida em que os trabalhadores não aderentes sejam insuficientes para assegurar os serviços mínimos;
 - f) Os trabalhadores necessários para assegurar os serviços mínimos referidos na alínea *e)*, são os correspondentes a 50% do número de trabalhadores que prestam trabalho em condições normais de atividades no mesmo período;
 - g) Os meios humanos referidos nos números anteriores são designados pelas referidas associações sindicais até 24 horas antes do início do período de greve ou, se estas não o fizerem, deve o empregador proceder a essa designação.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

Administração Interna, Planeamento e Infraestruturas, Economia
e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

2- Transmite-se de imediato ao Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos (SITAVA), à Associação de Empresas de Segurança (AES), à SECURITAS e à PROSEGUR para os efeitos previstos nos n.ºs 6 e 7 do artigo 538.º do Código do Trabalho.

Pela Ministra da Administração Interna

Jorge Manuel Nogueiro Gomes
(Secretário de Estado da Administração Interna)

O Ministro da Economia

(Manuel Caldeira Cabral)

O Secretário de Estado das Infraestruturas

(Guilherme W. d'Oliveira Martins)

O Secretário de Estado do Emprego

(Miguel Filipe Pardal Cabrita)